

Sumário

Introdução - Os Direitos Coletivos no Século XXI	1
Capítulo I	
Ações Coletivas – Aspectos Gerais	7
1. O objeto das Ações Coletivas – Direitos Coletivos	7
1.1. Os Direitos Difusos.....	8
1.2. Os Direitos Coletivos.....	9
1.3. Os Direitos Individuais Homogêneos.....	10
2. O que é uma Ação Coletiva?	13
3. As Ações Coletivas em espécie.....	16
3.1. Ação Popular.....	16
3.1.1. Opções para a pessoa jurídica de direito público interessada	22
3.1.2. Possibilidade de alteração posterior da posição ocupada pela pessoa jurídica de direito público no pólo da relação jurídica	25

3.2. Ação Civil Pública e a Ação Coletiva do Código do Consumidor	29
3.3. Ação Popular Ambiental	31
3.4. Ação de Improbidade Administrativa	45
3.5. O Mandado de Segurança Coletivo	50
3.6. A Ação Declaratória de Inconstitucionalidade	55
3.7. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	58
4. Ações Coletivas Passivas	65
5. Bibliografia	66

Capítulo II

A Legitimidade Ativa <i>ad causam</i> nas Ações Coletivas	71
1. Conceito de legitimidade	71
2. Natureza jurídica da atuação dos entes legitimados	73
2.1. Substituição processual	74
2.2. Legitimação ordinária e extraordinária	75
2.3. Por uma nova classificação	82
3. Os entes legitimados	85
3.1. O Ministério Público	86
3.1.1. O problema dos direitos individuais homogêneos ..	88
3.2. A Administração Pública Direta (União, Estados e Municípios)	103
3.2.1. Os Órgãos Legislativos	114
3.3. A Administração Pública Indireta	117
3.4. As Associações	117
3.4.1. O tempo de constituição	118

3.5. A Ordem dos Advogados do Brasil	122
3.6. Os Partidos Políticos	124
3.7. Os Sindicatos	130
3.8. Os entes despersonalizados	133
3.9. A defensoria Pública	134
4. O cidadão na Ação Popular	140
5. O Controle <i>ex officio</i>	143
da legitimidade ativa <i>ad causam</i>	143
6. Bibliografia	145

Capítulo III

O Interesse Processual	153
1. Conceito de interesse processual	153
2. A pertinência temática	158
2.1. Os Entes de Direito Público e a Pertinência Temática ...	160
3. Bibliografia	161

Capítulo IV

A Possibilidade Jurídica do Pedido	163
1. Conceito de possibilidade jurídica do pedido	163
2. Limitações – impossibilidade jurídica do pedido – em sede de Ações Coletivas	166
2.1. Questionamento de tributos	166
2.2. O controle de constitucionalidade nas Ações Coletivas	169
2.2.1. Formas de controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro	169

2.2.2. Leis Gerais e Leis de Efeitos Concretos	173
2.2.3. Os limites para o controle de constitucionalidade nas Ações Coletivas	175
3. Bibliografia	179

Capítulo V

Litispendência e Conexão	183
1. A litispendência	183
2. A conexão	185
3. Ações Coletivas com mesmo objeto – conexão ou litispendência	189
4. Bibliografia	199

Capítulo VI

Competência	203
1. A competência	203
2. A regra geral do Código de Processo Civil	203
3. A competência nas Ações Coletivas	204
3.1. Ação Civil Pública	204
3.2. Ação Popular	212
3.3. Ação Coletiva	213
3.4. Ação Declaratória de Inconstitucionalidade	215
3.5. Mandado de Segurança Coletivo.	215
4. A Lei n. 10.628/02 e as Ações de Improbidade Administrativa	216
5. Bibliografia	222

Capítulo VII

Intervenção de Terceiros	225
1. A intervenção de terceiros	225
1.1. A oposição.....	225
1.2. Da nomeação à autoria.....	226
1.3. Da denunciação à lide	227
1.4. Do chamamento ao processo	229
1.4.1. Do litisconsórcio nas ações coletivas.....	230
2. A assistência.....	237
2.1. A assistência simples	239
2.2. A assistência litisconsorcial	240
2.3. A assistência das Ações Coletivas	240
2.4. Limites para o deferimento do ingresso do assistente ...	242
3. O <i>Amicus Curiae</i>	245
4. Bibliografia	247

Capítulo VIII

O Inquérito Civil	251
1. Conceito e legitimidade	251
2. Finalidade	253
3. Há necessidade de publicidade, ampla defesa e contraditório?	256
4. Recurso no Inquérito Civil.....	260
5. Termo de ajustamento de conduta	261
6. Bibliografia	264

Capítulo IX

A Transação nas Ações Coletivas	267
1. Conceito de transação.....	267
2. A transação na Lei de Improbidade	268
3. A transação nas demais Ações Coletivas	269
4. Efeitos da transação frente aos co-legitimados	276
5. Bibliografia	278

Capítulo X

As Restrições Originárias da Lei 9.494/97	281
1. Análise inicial da Lei 9.494/97.....	281
2. Limites territoriais para os efeitos da sentença	282
3. A necessidade de indicação dos beneficiários da decisão	286
4. A juntada da cópia da ata da assembléia que autorizou o ajuizamento	288
5. Sua manifesta inconstitucionalidade.....	289
6. Bibliografia	295

Capítulo XI

Da Coisa Julgada.....	297
1. A Coisa Julgada no Código de Processo Civil.....	297
2. A Coisa Julgada nas Ações Coletivas	304
2.1. Código do Consumidor e Lei da Ação Civil Pública....	304
2.1.1. Direitos Difusos.....	308
2.1.2. Direitos Coletivos	308
2.1.3. Direitos Individuais Homogêneos.....	309

2.1.4. Vítimas e sucessores	310
2.1.5. As Ações Individuais	310
2.2. Demais Ações Coletivas.....	316
3. Bibliografia	318

Capítulo XII

Os Recursos nas Ações Coletivas - Efeitos.....	323
1. As espécies de recursos nas Ações Coletivas	323
2. Os efeitos dos recursos	323
2.1. Efeitos Devolutivo e o Suspensivo	324
3. Ação Civil Pública e Ação Coletiva	327
4. Mandado de Segurança Coletivo.....	334
4.1. Decisão interlocutória em Mandado de Segurança	337
5. Ação Declaratória de Inconstitucionalidade	339
6. Ação Popular	341
7. Preparo	341
8. Bibliografia	346

Capítulo XIII

Liquidação – Execução – Cumprimento de Sentença	349
1. A necessidade de liquidação	349
2. As várias modalidades de liquidação.....	351
2.1. Liquidação por cálculo aritmético.....	351
2.2. Liquidação por Arbitramento	353
2.3. Liquidação por Artigos.....	354
3. A Liquidação nas Ações Coletivas	355

3.1. Legitimidade	355
3.2. Competência.....	356
3.3. Alguns problemas relevantes.....	358
3.3.1. Liquidação “zero”.....	358
3.3.2. Liquidação e direitos individuais.....	360
3.3.3. O prazo do art. 100 do Código do Consumidor ..	361
3.3.4. O número compatível previsto no art. 100 do Código do Consumidor.....	363
3.3.5. Fundo de Reparação e demandas posteriores.....	364
4. O Cumprimento de Sentença nas Ações Coletivas	366
4.1. Legitimidade	368
4.1.1. Direitos Difusos e Coletivos	380
4.1.2. Direitos Individuais Homogêneos	380
4.2. Competência.....	380
4.3. Prazo para o início do cumprimento de sentença nas Ações Coletivas	383
4.4. Ações Coletivas e o art. 12, § 2º da Lei da Ação Civil Pública – exigibilidade da multa	383
4.5. Cumprimento da decisão que fixou multa e o Poder Público	386
4.6. Procedimento para a cobrança de multa	389
5. O termo <i>a quo</i> do prazo para o cumprimento de obrigação judicialmente fixada.....	390
5.1. Do cabimento da fixação de honorários advocatícios...	397
6. A improcedência do pedido e a multa fixada.....	407
7. Bibliografia	413

Capítulo XIV

Responsabilidade Civil e Honorários Advocatícios.....	419
1. Observações iniciais	419
2. A responsabilidade Civil e as Ações Coletivas.....	421
2.1. A culpa.....	423
2.2. Responsabilidade objetiva.....	425
3. O art. 811 do Código de Processo Civil.....	429
4. O art. 927, § único, do Novo Código Civil	433
5. A nossa posição quanto ao tema.....	436
6. Honorários Advocatícios.....	443
Bibliografia	447
Bibliografia Geral	451
Anexos	477
Anteprojeto de Código de Processo Civil Coletivo.	477
Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos	501